

OVER | Pharma
life overall

RELATÓRIO
E CONTAS

2016



MENSAGEM DA GERÊNCIA

RELATÓRIO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO



MENSAGEM DA GERÊNCIA

01

MENSAGEM DA GERÊNCIA

Estimados parceiros,

O ano de 2016 ficou marcado por um profundo reajustamento da política de gestão governamental em quase todos setores da governação, em particular no da saúde, que é o que nos afeta. A forma de gestão das entidades de saúde passou a ser ainda mais rigorosa no que concerne aos processos de aquisição implementados, tendo também os níveis de preços sofrido alguns ajustamentos em baixa, particularmente no que toca aos dispositivos médicos de segmento de preço elevado. Nesse sentido, e para manter uma boa gestão da empresa, impunha-se que algumas políticas de governação fossem alteradas.

A requalificação e redefinição do portfólio de produtos que oferece ao mercado, bem como a necessidade de introduzir alguns ajustes na equipa comercial, tornavam-se determinantes para que a empresa estivesse ainda mais preparada e adaptada às necessidades crescentes dos seus parceiros.

Agradecemos mais uma vez a todos os que estiveram ao nosso lado e que como sempre acreditam no futuro desta organização.



RELATÓRIO DE GESTÃO

01

RELATÓRIO DE GESTÃO

As presentes demonstrações financeiras relativas aos períodos de 2016 e 2015, referidas neste Relatório de Gestão, foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de Dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

Nota: Este relatório foi escrito ao abrigo do novo **Acordo Ortográfico**

02

DESTAQUES

valores em euros	2016	Marg.	2015	Marg.	Var. %
Proveitos Operacionais	14.354.545		15.417.247		-6,9%
EBITDA	1.768.234	12,32%	1.947.237	12,63%	-9,2%
EBIT	1.716.723	11,96%	1.812.603	11,76%	-5,3%
Resultados financeiros	(78.605)	-0,55%	(95.644)	-0,62%	17,8%
Resultados antes de impostos	1.638.119	11,41%	1.716.959	11,14%	-4,6%
Resultado líquido do período	1.231.879	8,58%	1.285.371	8,34%	-4,2%
Nº Colaboradores	28		25		3



03

ATIVIDADE DA EMPRESA

Fundada em Novembro de 2001, a Overpharma - Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda. tem como principal objetivo ser um parceiro sério e de referência no contexto do fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições prestadoras de cuidados de saúde.

Focada em apresentar novas soluções, a Overpharma aposta constantemente na pesquisa de novos produtos que lhe permitem ter uma resposta adequada as exigentes necessidades do mercado.

A prioridade é sempre maximizar a satisfação dos clientes, através de uma política de fornecimento de produtos de alta qualidade e nas melhores condições. Este princípio é a base de evolução e crescimento da empresa, é nele que assenta o futuro.

Em 2009, de forma a consolidar a estratégia de crescimento, a Overpharma concretiza a incorporação da empresa Novamed - Equipamentos Médicos, S.A., permitindo-lho e em novos mercados, nomeadamente na produção e comercialização de equipamentos e dispositivos médicos e outros produtos e equipamentos nas áreas da saúde.

Em 2010, por razões estratégicas e por não ser de todo indicado para o momento, aprazamos o objetivo de nos tornarmos fabricantes de dispositivos médicos. O projeto de nos tornarmos banco de tecidos humanos foi também posto de parte de momento devido aos requisitos legais os quais apesar de estarmos a tentar cumprir integralmente se vão revendo difíceis de obter, devido a grandes exigências das autoridades reguladoras. O enfoque foi dado no aprofundar ao máximo a nossa implementação no mercado de produtos de Oftalmologia e Neurocirurgia, os quais revelam um grande potencial no curto e médio prazo. As outras áreas de negócio como medicamentos e dispositivos médicos de consumo mantiveram o seu crescimento esperado.

Em 2011, depois de uma longa preparação para o efeito, foi obtida a certificação com a norma NP EN ISO9001:2008. A certificação representou para a empresa o ter entrado num universo de exigência e credibilidade o qual lhe trará seguramente largos benefícios. Hoje em dia, são já muitos os parceiros comerciais quer sejam clientes ou fornecedores que preferem manter relações com empresas certificadas. No caso dos clientes e no pouco tempo que decorreu de ano pós obtenção da certificação, deu para ter a noção da diferença que faz nalguns aspetos administrativos mas sobre tudo, na pontuação que dão à empresa como fornecedor por ser certificada. Este foi de facto um pequeno feito (no muito que se fez em 2011) que fará muita diferença e será da maior importância para o futuro.

Em 2012, mereceu destaque o facto da empresa ter conseguido um crescimento significativo em vendas e em resultados operacionais.

Parte do sucesso comercial passou por termos entrado de uma forma mais consistente em dois segmentos de mercado:

- Na área farmacêutica, entrámos no competitivo mercado das soluções de grande volume, o que nos torna num dos fornecedores de referência destes produtos;
- Na área dos dispositivos médicos de implante, posicionámo-nos como um dos fornecedores mais qualificados para produtos da coluna vertebral, com soluções únicas para Cifoplastia e Escoliose.

Destacamos pela negativa o facto de termos perdido a distribuição de lentes intraoculares e assim, termos deixado de ser um parceiro de referência no mercado. Continuamos presentes na área de oftalmologia em produtos de consumo e somos significativamente importantes na terapêutica das doenças da córnea.

Em 2013, devemos destacar que foi o aprofundar dos métodos de gestão nas suas componentes financeira e de recursos humanos por um lado, e de uma melhor gestão interna de procedimentos por outro, que mais contribuíram para o significativo sucesso do aumento das vendas em unidades em cerca de 6%, (ainda que num clima de mercado bastante adverso), aumento esse, que apesar de tudo, não conseguiu evitar um decréscimo das vendas em valor de cerca de -2,5%.

A gerência gostaria de destacar que foi também o facto de se ter levado a cabo uma política de extrema transparência com os seus fornecedores ao nível da negociação dos preços praticados no mercado, que permitiu obter o aumento das vendas supra citado, ainda que com uma perda controlada dos resultados operacionais.

De extremamente positivo, destaca-se ainda o facto de este aumento de vendas em unidades, ter contribuído para melhorar o *market share* da empresa, em áreas importantes do seu mercado.

Em 2014 a Gerência manteve o seu principal foco de gestão em 3 vetores, os quais se revelaram determinantes nos resultados obtidos no exercício e que terão ainda mais impacto nos próximos anos.

- Melhor utilização dos recursos do sistema informático na gestão do trabalho dos colaboradores e no aprofundamento dos mecanismos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Os resultados já foram visíveis durante 2014. Conseguiu-se melhorar a eficácia operacional, corrigiram-se significativamente os erros humanos nos procedimentos, melhorando-se significativamente o serviço ao cliente com a eliminação de alguns erros básicos.

A área da gestão da qualidade, bem como da informática, particularmente nas aplicações, tiveram um papel muito ativo na reestruturação dos procedimentos e desenvolvimento de muitos outros processos.

- Na área comercial, criaram-se as bases e definiu-se qual o quadro da política de reorganização da estrutura de vendas e produto. Os resultados foram visíveis, os novos produtos já começaram a ter impacto significativo em alguns segmentos de vendas e a estrutura comercial está ter melhores resultados em algumas áreas. Esta reorganização será mais visível e terá mais impacto durante e após o próximo ano.

- Reorganização da estrutura interna. Tendo em conta as alterações que se veem verificando na política de aquisição dos clientes hospitalares, particularmente no setor público, era recomendável que a estrutura interna fosse melhorada e ajustada à nova realidade.

O número de consultas e elaboração de proposta quase duplicou face aos anos anteriores, pelo que seria recomendável em nome da eficácia e produtividade interna segmentá-las por especialidades.

Esse trabalho foi iniciado e será concluído no ano de 2015, sendo a transição e adaptação feita sem alterar o normal funcionamento dos departamentos.

- Política de compras. Foi prosseguido o trabalho de negociação de preços de custo, o qual, teve em vista a obtenção de melhores preços de custo e mais ajustados aos novos tempos e consequentemente melhorar a margem operacional.

- Quanto às condições de pagamento da empresa, prosseguiu-se a política de negociar com os fornecedores no sentido de obter sempre que possível prazos de pagamento mais dilatados.

Em 2015 os factos mais relevantes da gestão da empresa passaram pela consolidação de planos previamente definidos em 2014 quanto à gestão interna de recursos, bem como, na preparação de um plano reestruturação comercial que deverá adaptar a atividade da empresa nos próximos 3 anos. Pretende-se que a empresa responda em consonância com a esperada expectativa de um aumento das vendas em produtos diferenciados, o qual, requer profissionais mais qualificados e melhor resposta interna.

Foram feitas e adaptadas diversas tarefas e funcionalidades tais como:

- O reenquadramento e adaptação da estrutura comercial administrativa interna, tendo em conta o contínuo aumento de consultas e concursos com o conseqüente aumento da elaboração de propostas.

- Revisto e adaptado o quadro de necessidades adaptando-o às novas necessidades e desafios.

- Fizeram-se melhorias significativas na operacionalidade do sistema informático, tendo em conta este poder responder a uma maior pressão do mercado na forma de compras.

Os hospitais hoje abrem concursos e ajustes diretos quase diariamente para aquisição dos mesmos bens que antes eram adquiridos num concurso anual.

- Iniciado o processo de gestão informática de colocação de encomendas comum com os clientes. Este processo, conhecido como EDI permitirá no futuro uma melhor operacionalidade dos processos realizados entre a Overpharma e os seus clientes, o mesmo possibilitará uma gestão do processo de encomendas/faturas totalmente automática e instantânea.

Durante este ano, iniciou-se a preparação de um plano a 3 anos que tem por base a revisão de todo o processo de vendas da empresa. Pretende-se criar quadros com responsabilidade intermédia na gestão das vendas – Chefes de Produto (CP)–, Reformular a rede comercial com a contratação de vendedores especialistas, ou readaptar os atuais e modificar os processos.

Os quadros de gestão intermédia, passarão a ter a responsabilidade de gestão vertical de alguns produtos, a qual consiste em;

- Gestão do contacto com os fornecedores quer em compras quer em negociação dos preços.
- Gestão de uma equipa de vendas de 2 ou 3 elementos.
- Obter formação dos produtos e preparar a formação interna das redes de vendas.
- Visitar hospitais e gerir problemas locais.
- Contactos diretos com médicos influentes e KOL
- Contactos com as Sociedades médicas
- Gestão e participação em ações promocionais e de marketing tais como, folhetos, treino de utilizadores e participação em congressos.

Em 2016 prosseguiu-se a implementação do reajuste da política comercial iniciada no ano anterior tendo em vista introduzir melhoras significativas no seu portfólio de produtos, os quais passaram a abranger novos segmentos de produto na área dos dispositivos médicos tais como, Biópsia, Cardiologia de intervenção e Terapia respiratória.

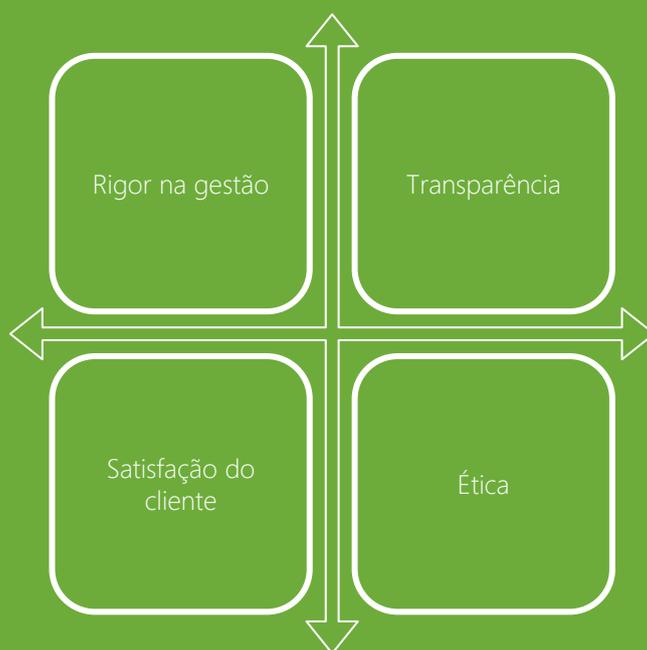
Nos quadros de vendas foram feitos os ajustes necessários em pessoas e formação, os quais pensamos ser os adequados para atingir os objetivos que nos propomos a médio prazo.

Os resultados atingidos neste ano ficaram um pouco aquém do pretendido, afetados sobretudo pela baixa de preços em alguns segmentos de produto, em que se verificou crescimento em unidades com regressão em faturação.

Fizeram-se também alguns ajustes no sistema de gestão da qualidade no sentido de adequá-lo o mais possível às necessidades de gestão e funcionalidade da empresa.

Life Overall (a vida em geral) não é simplesmente o *slogan* da Overpharma, é uma forma de estar, uma mensagem presente no dia-a-dia, um objetivo a cumprir por todos os que fazem parte da organização. É a nossa consciência de como estar no sector da saúde.

A gestão da Overpharma é orientada de acordo com a consolidação dos nossos principais valores:



Missão

A empresa assume como missão ser um parceiro de referência no fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições públicas e privadas do Serviço Nacional de Saúde, com especial foco nas necessidades do seu mercado e nos seus clientes.

Visão

Consolidar a nossa posição de referência no mercado, suportados cada vez mais em novas parcerias e na nossa forte cultura comercial, bem como, na materialização do nosso projeto estratégico e capacidade de resposta, fazem parte da nossa matriz de evolução para o futuro.

O enriquecimento do portfólio de produtos, orientado maioritariamente para a satisfação dos da saúde e vinculado às necessidades terapêuticas dos doentes, são parte integrante da estratégia comercial da empresa.

04

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Internacional

A economia mundial encontra-se sujeita a um elevado grau de incerteza. Nas economias avançadas anotou-se um crescimento económico moderado enquanto que nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento observou-se uma ligeira melhoria nas perspetivas.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) as previsões iniciais para 2016 apontavam um ritmo de crescimento lento, crescimento este de 3,4% na economia mundial. O FMI reviu em baixa a previsão para os Estados Unidos América (EUA), após ter projetado uma taxa de crescimento de 2,2%, foi necessário corrigir a projeção para 1,6% muito à custa de um primeiro semestre dececionante causado pelo fraco investimento e pela diminuição do ritmo de stocks dos bens.

No Reino Unido, a incerteza após o "Brexit", referendo de junho, causou impacto na confiança dos investidores, o crescimento foi revisto para 1,8% em 2016 ao contrário do que tinha sido projetado de 2,2%.

O crescimento no Japão, a terceira maior economia mundial, deverá manter um crescimento moderado de 0,5% em 2016. A curto prazo, os gastos do governo e a política monetária acessível irá sustentar o crescimento. A médio prazo, a economia deste país será prejudicada pela diminuição da população.

Na China, os políticos continuarão a afastar a economia da sua dependência de investimentos e da indústria em direção ao consumo e serviços, uma política que deverá retardar o crescimento a curto prazo, ao mesmo tempo em que cria as bases para uma expansão mais sustentável a longo prazo. Ainda assim, o governo chinês deve tomar medidas para controlar o crédito que está a aumentar de forma arriscada. A China, a segunda maior economia do mundo, deverá crescer 6,6% em 2016.

Após uma forte queda em 2015, o preço do petróleo atingiu um mínimo de 28 dólares/barril em janeiro de 2016. A evolução do preço do petróleo em 2016 terá contribuído para a redução da incerteza global. Em agosto, o preço do barril de petróleo situou-se perto de 50 dólares, o que compara com 59 dólares no primeiro semestre de 2015. A forte queda no preço do petróleo registada em 2015 representou um choque positivo sobre o rendimento nas economias importadoras de petróleo. No entanto, estes países não registaram uma aceleração significativa da atividade, o que poderá estar relacionado com o elevado nível de dívida que caracteriza a generalidade destas economias.

Depois de um desembolso sem brilho em 2016, a atividade económica deverá crescer em 2017 e 2018, especialmente nas economias emergentes e em desenvolvimento. No entanto, há uma ampla dispersão de possíveis resultados em torno das projeções, dada a incerteza em torno da orientação política da entrada do governo dos EUA e suas ramificações globais.

Em Portugal

No terceiro trimestre de 2016 e tal como ocorre desde o final de 2012, a economia portuguesa evidenciou capacidade de financiamento no valor de 1,2% do PIB.

A capacidade de financiamento da economia foi garantida pela poupança financeira das sociedades financeiras, dos particulares e das sociedades não financeiras (respetivamente 3,4%, 0,9% e 0,5% do PIB). Esta poupança foi mais do que suficiente para satisfazer as necessidades de financiamento das administrações públicas que totalizaram 3,6% do PIB.

No final do terceiro trimestre de 2016, a economia portuguesa tinha uma posição financeira líquida face ao resto do mundo de -102,2% do PIB, superior aos -105,7% do PIB registados no final do trimestre anterior. Manteve-se, assim, a tendência de melhoria observada desde o início de 2014, apenas com uma breve interrupção no início de 2015.

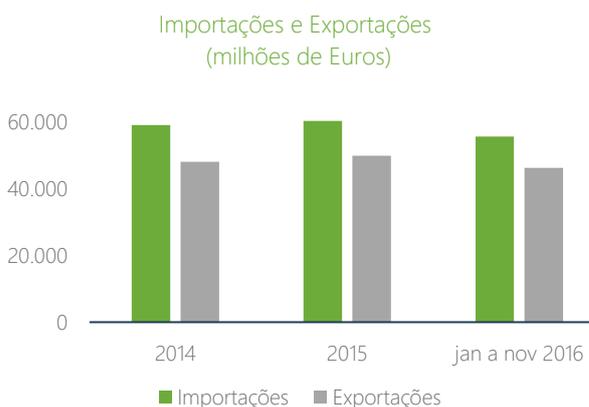
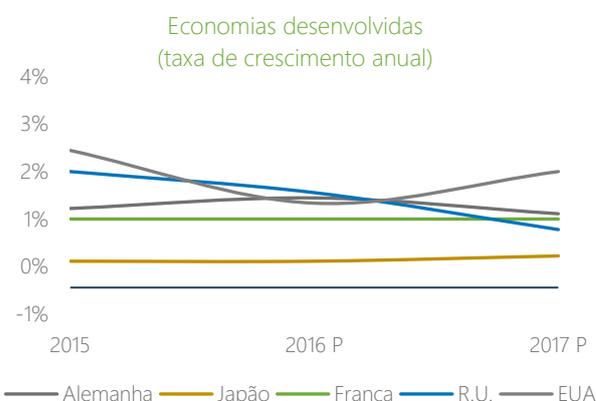
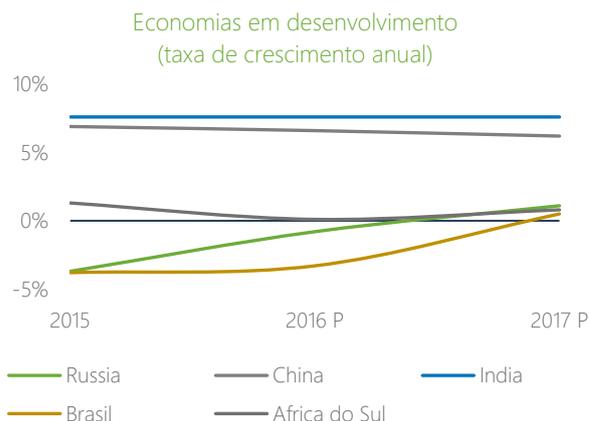
Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), as exportações de bens e serviços aumentaram 7,6% em novembro. Contudo, as importações registaram uma subida mais acentuada, de 8,4%, e o défice comercial do país agravou-se. Com a subida mais acentuada das importações, o défice da balança comercial de bens atingiu 791 milhões de euros em novembro, o que representa um aumento de 91 milhões de euros face ao mês homólogo de 2015. Excluindo os combustíveis e lubrificantes, o défice comercial situou-se em 546 milhões de euros, mais 135 milhões de euros que no mesmo mês de 2015.

Analisando o mercado de trabalho, no final de 2016, estavam inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) 482 556 indivíduos, número que representa 70,8% de um total de 682 787 pedidos de emprego. O total de desempregados registados no país diminuiu em comparação com o mês homólogo de 2015 (-13,1%; -72 611 desempregados). De todos os indivíduos que procuram emprego 52,9% são mulheres.

O indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), para 2016, foi avaliado com uma redução de 0,7%. Em agosto, este indicador teve uma diminuição significativa resultante da limitação do investimento em material de transporte. Em novembro o mesmo indicador aumentou, refletindo o comportamento da componente de material de transporte, que passou de um contributo negativo para um contributo nulo, e da componente de construção que registou um contributo negativo menos expressivo.

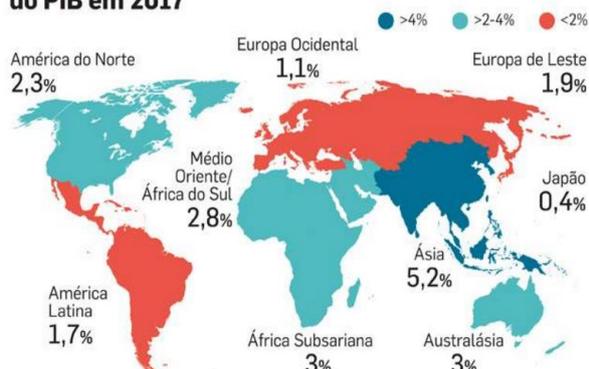
A taxa de poupança das famílias melhorou no terceiro trimestre de 2016. De julho a setembro, a taxa fixou-se nos 4%, mais uma décima que no trimestre precedente. Este aumento é justificado por um crescimento do rendimento disponível dos agregados familiares.

A praça portuguesa caiu perto de 12% em 2016, um dos piores desempenhos do mundo. Depois de ter brilhado em



2015, com uma valorização superior a 10%, a bolsa lisboeta protagonizou, em 2016, uma das maiores descidas do mundo, ao cair quase 12%. Para 2017, prevê-se um crescimento do PIB de 1,5%, reflexo da manutenção de um contributo positivo da procura interna, conjugado com um contributo positivo da procura externa líquida.

Estimativa do crescimento do PIB em 2017



Preço Barril (em €)



05

INDICADORES ECONÓMICOS

PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2016-2019 | TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, EM PORCENTAGEM

	Pesos		BE dezembro 2016				BE outubro 2016	BE junho 2016		
	2015	2015	2016 ^(p)	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)	2016 ^(p)	2016 ^(p)	2017 ^(p)	2018 ^(p)
Produto Interno Bruto	100,0	1,6	1,2	1,4	1,5	1,5	1,1	1,3	1,6	1,5
Consumo Privado	65,6	2,6	2,1	1,3	1,4	1,3	1,8	2,1	1,7	1,3
Consumo Público	18,2	0,8	1,0	0,0	0,4	0,2	1,0	1,1	0,4	0,6
Formação Bruta de Capital Fixo	15,3	4,5	-1,7	4,4	4,3	4,5	-1,8	0,1	4,3	4,6
Procura Interna	99,3	2,5	1,2	1,5	1,7	1,6	1,1	1,8	1,7	1,7
Exportações	40,6	6,1	3,7	4,8	4,6	4,4	3,0	1,6	4,7	4,7
Importações	39,8	8,2	3,5	4,8	4,9	4,4	3,0	2,8	4,9	4,8
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.)(a)										
Procura Interna		1,1	0,4	0,5	0,6	0,6	0,5	1,0	0,7	0,7
Exportações		0,5	0,8	0,9	0,8	0,9	0,6	0,3	0,9	0,9
Emprego ^(b)		1,4	1,5	1,0	0,9	1,0	1,0	-	-	-
Taxa de desemprego		12,4	11,0	10,1	9,4	8,5	11,2	-	-	-
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1,7	1,1	0,9	0,9	1,1	1,3	1,9	1,6	1,6
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1,8	2,2	1,9	1,8	1,8	2,1	1,6	1,3	1,2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,5	0,8	1,4	1,5	1,5	0,7	0,7	1,4	1,5

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (p) - projetado, p.p. - pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas.

(a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2015. (b) Emprego total em numero de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

06

ENQUADRAMENTO SETOR FARMACÊUTICO

Com a reestruturação económica na Europa, muitos estados introduziram medidas de austeridade para equilibrar os seus orçamentos, com particular focagem nos orçamentos da saúde. Segundo dados da OCDE, Portugal foi um dos países que, nos últimos anos, teve um maior decréscimo nas despesas do Estado com a saúde.

A principal medida para redução de custos no setor da saúde foi o aumento do consumo de medicamentos genéricos. No contexto nacional, nos primeiros onze meses de 2016, o sector dos medicamentos genéricos representa uma quota de mercado de 47,4% (+ 0,44% relativamente ao período homólogo de 2015). Desde 2012, a quota de medicamentos genéricos em unidades aumentou 6,1%. O preço médio global dos medicamentos caiu 9,2% desde 2012, sendo que o utente paga em 2016 menos 8,9% por cada embalagem. Já o dos genéricos está estável, apesar de, ainda assim, ser inferior ao preço médio das marcas em 50%.

A dívida do Serviço Nacional de Saúde (SNS) continua a exibir um padrão de crescimento acelerado. Entre janeiro e novembro de 2016, os pagamentos em atraso aumentaram em média 27,2 milhões de euros por mês (contando só com os números dos hospitais EPE). Em outubro, de acordo com os dados disponíveis no site da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), a dívida global de todas as entidades do SNS aos fornecedores ascendia a 1750 milhões de euros, mais 15% do que no mesmo período do ano anterior. Deste total, 763 milhões de euros representavam pagamentos em atraso (pagos mais de 90 dias depois da dívida ser considerada vencida), um agravamento de 312 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

Dados divulgados pela Associação Nacional de Farmácias (ANF) informa que a dívida do Estado às farmácias disparou mais de 30% em outubro. De acordo com a ANF, o valor em atraso ultrapassou 132 milhões de euros no passado mês de novembro, face os mais de 99 milhões vencidos no final de outubro.

No que respeita a mercados externos, Portugal duplicou o valor da exportação de medicamentos. Desde o início desta década, as exportações passaram de 444 milhões de euros em 2010 para 910 milhões de euros nos primeiros 11 meses de 2016. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o aumento foi também significativo quando comparado com 2015, mais 13,8%. Em 2015, as exportações valeram 799 milhões de euros, entre os principais países compradores estão os Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido.

Em 2016 foram submetidos 142 pedidos de autorização de ensaios clínicos. O tempo médio de decisão foi, em 2016, de 25 dias úteis. A indústria farmacêutica continua a ser o principal promotor destes ensaios clínicos, sendo responsável por 132 (dez ensaios foram promovidos pelo meio académico e sem fim comercial). O Infarmed registou 51 reações adversas graves inesperadas no decorrer dos ensaios clínicos que se realizaram no ano passado (+ 5 que no ano anterior). Nos últimos 5 anos foram notificadas 214 reações adversas.

Fonte: INE, ACSS, SNS, ANF, OCDE, Infarmed, Apifarma

07

ANÁLISE ECONÓMICA

valores em euros	2016	2015	Var. %
Proveitos Operacionais	14.354.545	15.417.247	-6,9%
Resultado Bruto	5.139.695	4.938.268	4,1%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	1.768.234	1.947.237	-9,2%
Margem EBITDA	12,32%	12,63%	-0,31 pp
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	51.510	134.635	-61,7%
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT)	1.716.723	1.812.603	-5,3%
Margem EBIT	11,96%	11,76%	0,20 pp
Resultados financeiros	(78.605)	(95.644)	17,8%
Resultados antes de impostos	1.638.119	1.716.959	-4,6%
Resultado líquido do período	1.231.879	1.285.371	-4,2%

7.1

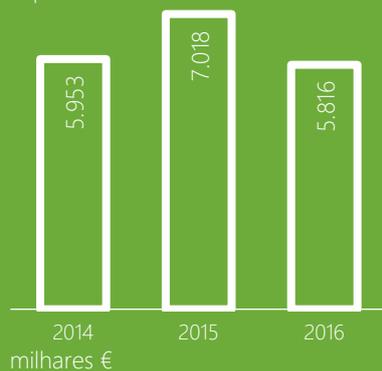
PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 2016, os Proveitos Operacionais registaram um decréscimo de 6,9% para os 14.354.545 euros, comparativamente aos 15.417.247 euros registados no ano 2015.

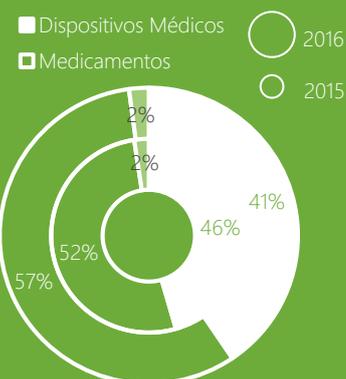
volume de negócios	2016		2015		Var. %
	euros	Peso %	euros	Peso %	
Dispositivos Médicos	5.815.553	40,5%	7.017.911	45,5%	-17,13%
Medicamentos	8.228.540	57,3%	8.029.629	52,1%	2,48%
Outros	305.756	2,1%	369.431	2,4%	-17,24%
	14.349.850	100%	15.416.971	100%	-6,92%

Em 2016, a venda de Dispositivos Médicos ascendeu a 5.815.553 euros, registando um decréscimo de 17,13%, relativamente ao ano de 2015. A venda de Medicamentos ascendeu a 8.228.540 euros, registando um crescimento de 2,48%, relativamente ao ano 2015.

Dispositivos Médicos



Medicamentos



Apesar do ajustamento negativo nas vendas de Dispositivos Médicos em 2016, este segmento manteve um contributo relevante para o volume de negócios representando 40,5%, comparativamente aos 45,5% registados em 2015.

As vendas de Medicamentos registaram um crescimento de 2,48% em 2016, contribuindo com 57,3% do volume de negócios comparativamente aos 52,1% registados em 2015. O desempenho em 2016 permitiu consolidar a trajetória de crescimento e reforçar o papel determinante deste segmento para o volume de negócios da empresa, que anualmente representa mais de 50% do volume de negócios total da empresa.

7.2

RESULTADOS

Os resultados brutos registaram um crescimento de 4,1%, para 5.139.695 euros relativamente aos 4.938.268 euros, registados no ano de 2015. Apesar do decréscimo do volume de negócios, a margem bruta ascendeu a 35,8%, registando um ajustamento positivo de 3,79p.p. comparativamente a 2015.

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registaram um decréscimo de 9,2% para 1.768.234 euros evidenciando um ajustamento negativo na margem de 0,31p.p. relativamente ao ano de 2015.

Os resultados antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT) registaram um decréscimo de 5,3% para 1.716.723 euros, evidenciando um ajustamento negativo na margem de 0,2p.p. relativamente ao ano de 2015.

Os gastos com depreciações ascenderam a 51.510 euros, registando um decréscimo de 61,7% face ao ano de 2015.

valores em euros	2016	2015	Var. %
Juros e rendimentos similares suportados	(78.605)	(95.644)	17,8%
	(78.605)	(95.644)	17,8%

Em 2016, os resultados financeiros registaram um movimento positivo de 17.039 euros para 78.605 euros negativos, relativamente ao ano 2015, que havia registado 95.644 euros negativos.

7.3

INVESTIMENTO

O investimento em 2016 ascendeu a 41.650 euros, a que corresponde um decréscimo de 72,3% face a 2015.

O investimento em ativos fixos tangíveis ascendeu a 36.978 euros, registando um decréscimo de 72,9% comparativamente a 2015.

O investimento em ativos intangíveis ascendeu a 4.672 euros, registando um decréscimo de 65,7% comparativamente a 2015.

valores em euros	2016	2015	Var. %
Investimentos Ativos fixos tangíveis	36.978	136.493	-72,9%
Ativos intangíveis	4.672	13.609	-65,7%
Totais	41.650	150.102	-72,3%

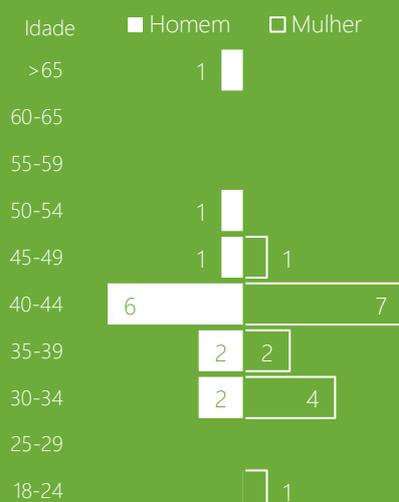
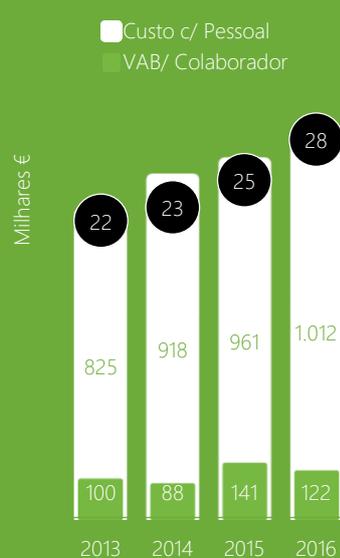
7.4

RECURSOS HUMANOS

Em 2016, o número de colaboradores aumentou (+3), terminando o ano com 28 colaboradores, tendo o valor de remunerações e encargos suportados (segurança social, seguros) neste período ascendido a 1.012.229 euros, o que se traduziu num crescimento de 5,3%, comparativamente ao ano 2015.

Em 2016, registou-se um ajustamento negativo dos índices de desempenho e contribuição por colaborador, traduzidos pelo decréscimo de 13,9% do rácio VAB/Colaborador, comparativamente a 2015.

valores expressos em euros	2016	2015
Número de trabalhadores no final do período	28	25
Número médio de trabalhadores ao longo do período	27	24
Idade média dos trabalhadores	40	39
Antiguidade média dos trabalhadores (anos)	5,4	6,4
Horas de formação totais	118,0	199,0
Média de horas de formação por trabalhador	4,21	7,96
Gastos com o pessoal	1.012.229	961.439
Gastos médios por trabalhador	36.151	38.458
VAB por trabalhador	121.573	141.167
Taxa geral de absentismo	1,7%	1,3%



7.5

SITUAÇÃO FINANCEIRA

valores em euros	2016	Peso%	2015	Peso%	Var. %
Ativos Fixos	52.797	0,3%	68.793	0,4%	-23,3%
Outros ativos não correntes	9.115	0,1%	10.171	0,1%	-10,4%
Inventários	6.996.520	38,7%	6.531.523	38,3%	7,1%
Devedores correntes	10.705.143	59,2%	10.169.674	59,6%	5,3%
Disponibilidades e equivalentes	325.655	1,8%	282.644	1,7%	15,2%
Ativo Total	18.089.231	100,0%	17.062.805	100,0%	6,0%
Capital Próprio	10.805.646	59,7%	9.573.767	56,1%	12,9%
Outros passivos não correntes	-	0,0%	21.033	0,1%	-100,0%
Outros passivos correntes	7.283.585	40,3%	7.468.005	43,8%	-2,5%
Passivo Total	7.283.585	40,3%	7.489.038	43,9%	-2,7%

O ativo total a 31 de Dezembro de 2016 ascendeu a 18.089.231 euros, face a 17.062.805 euros em Dezembro de 2015. O ativo é composto maioritariamente por inventário e clientes, representando, em 2016, 38,7% e 22,4% do ativo total, respetivamente.

Os capitais próprios aumentaram de 9.573.767 euros para 10.805.646 euros em 31 de Dezembro de 2016. O movimento nos capitais próprios resultou do resultado líquido gerado no período de 2016, que ascendeu a 1.231.879 euros.

O rácio entre Capitais Próprios e Ativo (autonomia financeira) situou-se, no fim de 2016, nos 59,7%, face aos 56,1% em 2015. Apesar do crescimento de 6% do ativo total, a empresa mantém uma posição financeira sólida, conservando a capacidade de solver as obrigações com recurso aos capitais próprios que, comparativamente a 2015, registaram um crescimento de 12,9%.

O passivo total a 31 de Dezembro de 2016 ascendeu a 7.283.585 euros, face a 7.489.038 euros em Dezembro de 2015. O passivo é composto maioritariamente por fornecedores e outras contas a pagar representando, em 2016, 41,2% e 57,6% do passivo total, respetivamente.

Em 2016, o fundo de maneo ascendeu a 10.743.733 euros registando um crescimento de 12,9% comparativamente a 2015. As necessidades de fundo de maneo ascenderam a 10.418.078 euros, registando um crescimento de 12,8% comparativamente a 2015, significando um investimento adicional em necessidades de fundo de maneo no montante de 1.184.886 euros.

O prazo médio de recebimentos (PMR) calculado em 103 dias, face aos 97 dias calculado em 2015. O prazo médio de pagamentos (PMP) calculado em 97 dias, face aos 106 dias calculado em 2015. O prazo médio de Stocks (PMS) calculado em 277 dias, face aos 228 dias calculado em 2015.

valores em euros	2016	2015	Var. %
Ativos não correntes	61.913	78.964	-21,6%
Passivos não correntes	0	21.033	-100,0%
Capitais próprios	10.805.646	9.573.767	12,9%
Fundo de maneo	10.743.733	9.515.835	12,9%
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	17.701.663	16.701.197	6,0%
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	7.283.585	7.468.005	-2,5%
Necessidades de fundo de maneo	10.418.078	9.233.192	12,8%
Caixa e equivalentes de caixa	325.655	282.644	15,2%
Dívida financeira corrente	-	-	-
Tesouraria líquida	325.655	282.644	15,2%

Em 2016, a Overpharma não contratou novas operações de financiamento, pelo que não apresenta dívida no encerramento do período (a operação de *factoring sem recurso não está registada como dívida bancária*).

valores em euros	2016	2015	Var. %
Dívida Líquida	0	0	-
EBITDA	1.768.234	1.947.237	-9,2%
Dívida Líquida / EBITDA	0,00 x	0,00 x	0,00 x

Dívida Líquida: dívida financeira (incl. leasing) + suprimentos - disponibilidades

7.6

INDICADORES DESEMPENHO

	2016	2015	Var.
Económicos			
EBITDA	1.768.234	1.947.237	-9,2%
EBIT	1.716.723	1.812.603	-5,3%
EBITDA %	12,3%	12,6%	-0,3 pp
EBIT %	12,0%	11,8%	0,2 pp
VAB	3.404.038	3.529.171	-3,5%
Rentabilidade			
Rentabilidade dos Capitais Próprios	11,4%	13,4%	-2,0 pp
Rentabilidade do Ativo	6,8%	7,5%	-0,7 pp
Rentabilidade Operacional das Vendas	12,0%	11,8%	0,2 pp
Estrutura			
Autonomia Financeira	59,7%	56,1%	3,6 pp
Solvabilidade	1,48	1,28	0,21
Debt to Equity	0,00	0,00	0,0
Leverage	0,0%	0,0%	0,0 pp
Regra Equilíbrio Financeiro Mínimo (REFM) >1	174,53	121,26	53,3
Liquidez			
Liquidez Geral	2,5	2,3	0,2
Liquidez Reduzida	1,5	1,4	0,1
Liquidez Imediata	0,0	0,0	0,0
Atividade (dias)			
PMP	97	106	-9
PMR	103	97	6
PMS	277	228	50

7.7

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

RISCO CAMBIAL

O risco taxa de câmbio representa a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio da empresa resulta da existência de operações de importação

de origens em que a moeda local é diferente do Euro. Com objetivo de reduzir as flutuações cambiais e sempre que possível, a empresa faz repercutir essas variações nos preços de venda.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro representa a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado. A Overpharma, no decurso da sua atividade, quando recorre a financiamentos externos está exposta ao risco de taxa de juro dado que grande parte da dívida financeira da empresa é indexada a taxas de juro de mercado.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez representa a capacidade da empresa fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis. A empresa procura garantir que a estrutura e o nível de financiamento seja adequado à natureza das suas obrigações. Os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 3 a 5 anos.

7.8

OUTRAS INFORMAÇÕES

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro e Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Gerência da Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda. informa que não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social, respetivamente.

7.9

PERSPETIVAS

Área de Medicamentos

Apesar de se ter observado um ligeiro decréscimo ao nível das unidades vendidas (-2,55%), a tendência em termos de valor foi inversa, registando-se em 2016 um crescimento de 2,49% relativamente ao ano anterior.

O aumento do valor da faturação em termos absolutos deveu-se a um aumento de vendas em produtos de maior valor acrescentado. Globalmente as vendas fecharam com €8.22M. A consolidação das vendas de medicamentos do nosso principal parceiro para este segmento, os Laboratórios Basi, contribuiu em muito para estes resultados.

As perspetivas para 2017, são de um continuado crescimento de vendas de forma sustentada nas gamas de produtos dos atuais parceiros, e a eventual adição de uma nova representada que irá começar a ser trabalhada no decorrer do próximo ano.

Área de Dispositivos Médicos

DM de Consumo

De todas as áreas de negócio da empresa, foi a única que registou em 2016 uma quebra quer ao nível das unidades vendidas quer ao nível do valor faturado, as variações negativas relativamente a 2015 foram de 33,11% e 51,74 % respetivamente. O motivo desta quebra prende-se basicamente com o final de uma parceria na distribuição de um dispositivo para avaliação da glicémia o qual, representou uma perda de faturação em termos absolutos de 1,45 milhões de euros. As perspetivas para 2017 será de um aumento de vendas progressivo deste segmento tendo como base, a faturação de 2016.

Área de DM de oftalmologia

Seguindo a tendência de outras áreas de negócio, também a área de oftalmologia viu o número de unidades vendidas reduzida durante 2016, no entanto a introdução de novos produtos, e de produtos de maior valor unitário, levou ao crescimento das vendas em mais de 10% relativamente a 2015. Perspetiva-se um crescimento sustentado de 10 a 15% em valor absoluto de crescimento de vendas para o ano de 2017.

Área de DM de Traumatologia e tratamento de Feridas

Ao contrário do ano anterior, a área de Traumatologia e tratamento de feridas apresenta-se no encerramento de 2016 como a única área que apresentou um crescimento global nas vendas, ou seja, com crescimento quer nas unidades vendidas, quer no valor da faturação, sendo inclusive a área da empresa com maior crescimento ao nível de valor de vendas (18,14 %). Esta tendência de crescimento deverá manter-se para 2017 a qual passa pela adição de novos produtos das representadas atuais, bem como, pela incorporação de novas representações

DM da área de implantes de coluna

Mantendo o seu crescimento sustentável como tem sido referência nos últimos anos, a área da coluna continuou a crescer em valor de vendas em 2016 (5,37%), no entanto existiu um decréscimo significativo ao nível das unidades vendidas. Para 2017 é espectável um aumento de vendas neste segmento de cerca de 15% o passará pelo aumento de portfólio e adição de produtos de novos segmentos na terapia da coluna vertebral.

DM dos segmentos de Cardiologia, Biopsia e Terapia respiratória

Está previsto que estes 3 segmentos de produto, que têm o seu início de comercialização em 2017 possam contribuir para um aumento de faturação a rondar os 450.000 Euros.

7.10

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido apurado nas demonstrações financeiras no montante de 1.231.879,13 euros, registado no período de 2016, seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados transitados: 1.231.879,13 euros

7.11

AGRADECIMENTOS

A Gerência gostaria de agradecer ao Contabilista Certificado e ao Revisor Oficial de Contas pelos imprescindíveis e relevantes conselhos e auxílio prestados no ano de 2016. A Gerência gostaria ainda de expressar a sua gratidão aos seus fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócios da empresa, pelo seu envolvimento contínuo e confiança demonstrada. Finalmente, a Gerência gostaria de expressar a sua gratidão aos Gerentes, pelo seu trabalho e valiosos conselhos, assim como a todos os colaboradores, pelo seu tempo e pela dedicação que demonstraram ao longo do ano.

Mortágua, 07 de março de 2017

A Gerência,

Joaquim António de Matos Chaves
(Gerente)

Eugénio Baptista Nunes
(Gerente)

Luis Pedro Gonçalves Simões
(Gerente)



INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA

01

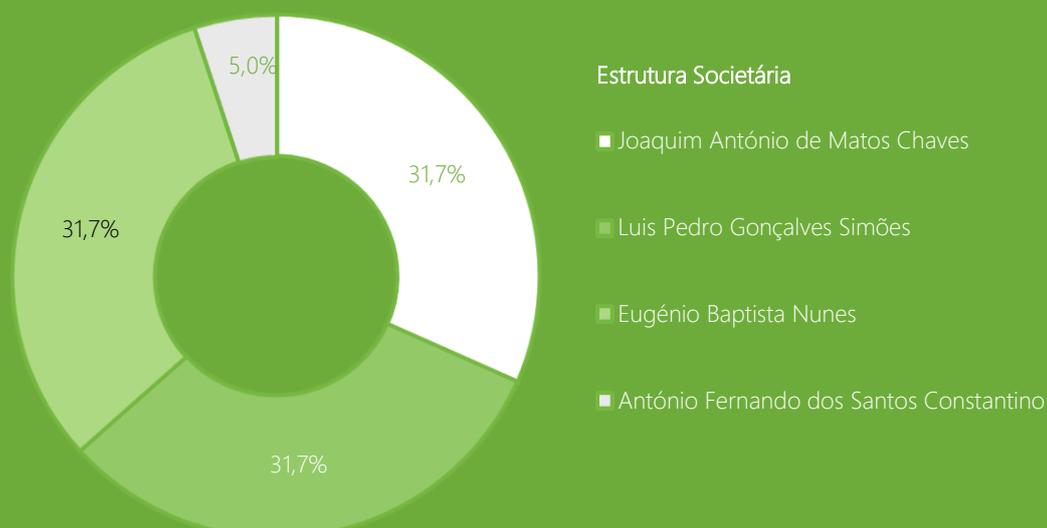
ÓRGÃOS SOCIAIS

GERÊNCIA

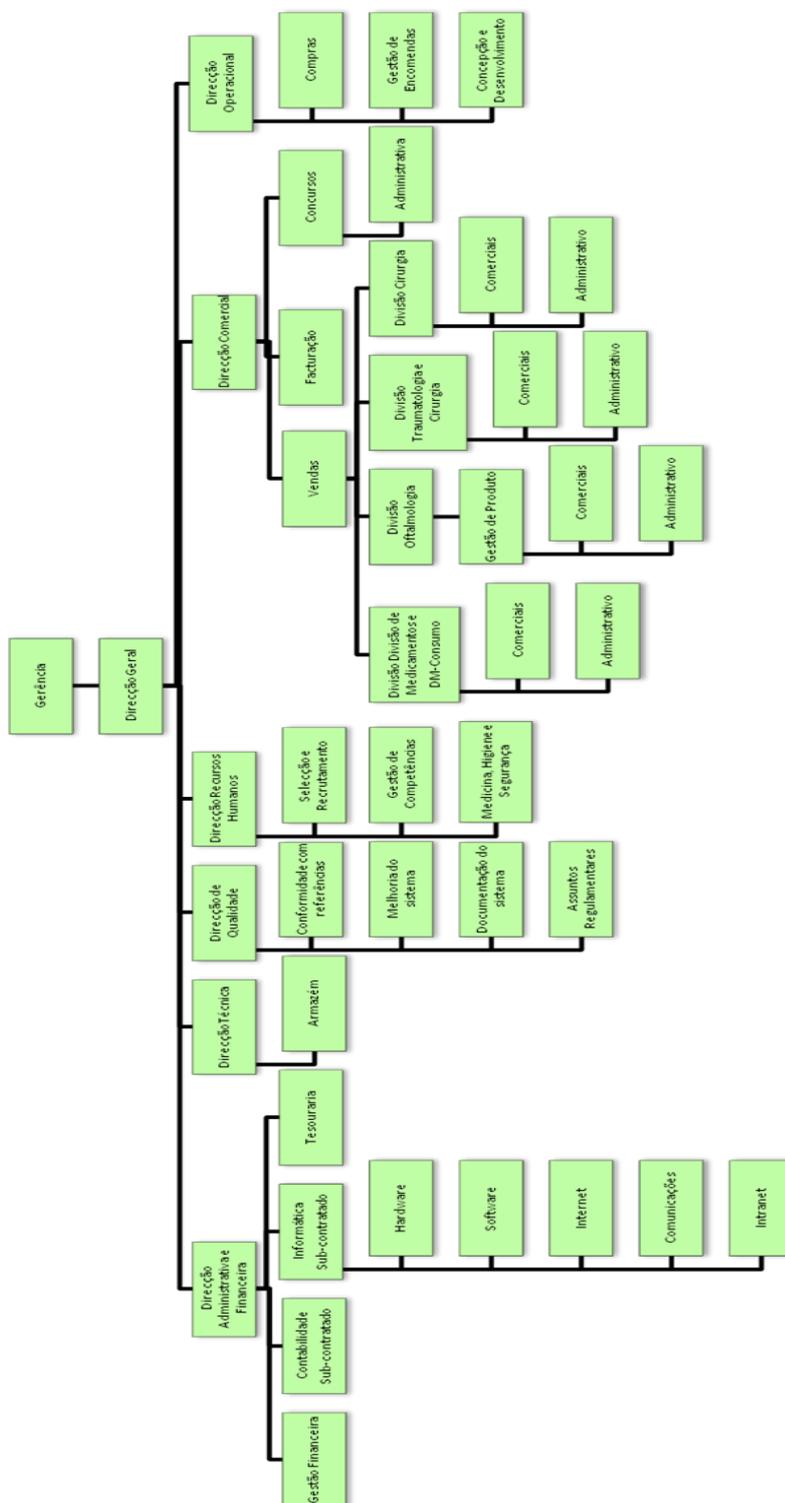
Eugénio Baptista Nunes
Joaquim António de Matos Chaves
Luís Pedro Gonçalves Simões

02

ESTRUTURA SOCIETÁRIA



03 ORGANOGRAMA





INFORMAÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

valores expressos em euros	NOTAS	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	21	14.349.850	15.416.971
Subsídios à exploração	22	4.695	276
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	23	(9.210.155)	(10.478.703)
Fornecimentos e serviços externos	24	(1.740.054)	(1.546.964)
Gastos com pessoal	25	(1.012.229)	(961.439)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	7.952	(184.651)
Provisões (aumentos/reduções)	18	20.000	-
Aumentos/Reduções de justo valor	8	5	-
Outros rendimentos	26	86.938	280.306
Outros gastos	27	(738.768)	(578.558)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.768.234	1.947.237
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	(51.510)	(134.635)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.716.723	1.812.603
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	29	(78.605)	(95.644)
Resultado antes de impostos		1.638.119	1.716.959
Imposto sobre rendimento do período	30	(406.240)	(431.588)
Resultado líquido do período		1.231.879	1.285.371

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

valores expressos em euros	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	48.470	52.638
Ativos intangíveis	7	4.328	16.156
Participações financeiras - Outros métodos	8	3.000	3.000
Outros ativos financeiros	8	1.429	1.085
Ativos por impostos diferidos	9	4.686	6.086
		61.913	78.964
Ativo corrente			
Inventários	10	6.996.520	6.531.523
Clientes	11	4.055.042	4.111.019
Estado e outros entes públicos	12	-	27.409
Outros créditos a receber	13	6.628.799	6.003.585
Diferimentos	14	21.302	27.662
Caixa e depósitos bancários	4	325.655	282.644
		18.027.318	16.983.841
Total do ATIVO		18.089.231	17.062.805
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	15	250.000	250.000
Reservas legais	16	58.395	58.395
Resultados transitados	17	9.265.371	7.980.001
Resultado líquido do período		1.231.879	1.285.371
Total do Capital Próprio		10.805.646	9.573.767
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	18	-	20.000
Passivos por impostos diferidos	9	-	1.033
		-	21.033
Passivo corrente			
Fornecedores	19	3.000.912	3.941.215
Estado e outros entes públicos	12	88.917	337.272
Outras dívidas a pagar	20	4.193.756	3.184.824
Diferimentos	14	-	4.695
		7.283.585	7.468.005
Total do Passivo		7.283.585	7.489.038
Total do Capital Próprio e do Passivo		18.089.231	17.062.805

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

valores expressos em euros	NOTAS	Períodos	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	11, 21	14.464.694	14.897.737
Pagamentos a fornecedores	19, 23, 24	(12.304.422)	(13.515.532)
Pagamentos ao pessoal	20, 25	(489.555)	(447.548)
Caixa gerada pelas operações		1.670.718	934.657
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	12	(618.155)	(191.413)
Outros recebimentos/pagamentos	13, 20	(867.197)	(726.881)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	185.366	16.363
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6, 20	(57.934)	(94.561)
Ativos intangíveis	7, 20	(6.763)	(16.222)
Investimentos financeiros	8	-	(652)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	8	787	-
Juros e rendimentos similares	26	27	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(63.883)	(111.435)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	29	(78.605)	(95.644)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(78.605)	(95.644)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	42.879	(190.716)
Efeito das diferenças de câmbio	26, 27	133	(1.514)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	282.644	474.873
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	325.655	282.644

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
	NOTAS	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	250.000	58.395	7.335.543	644.458	8.288.396
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	644.458	(644.458)	-
	2	-	-	644.458	(644.458)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				1.285.371	1.285.371
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				640.913	1.285.371
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
	5	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6=1+2+3+5	250.000	58.395	7.980.001	1.285.371	9.573.767

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
	NOTAS	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	250.000	58.395	7.980.001	1.285.371	9.573.767
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	1.285.371	(1.285.371)	-
	7	-	-	1.285.371	(1.285.371)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				1.231.879	1.231.879
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				(53.491)	1.231.879
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
	10	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	11=6+7+8+10	250.000	58.395	9.265.371	1.231.879	10.805.646

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

01

NOTA INTRODUTÓRIA

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., com sede no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote 10, 3450 – 232 Mortágua, com o NIPC 505792362, tem como objeto social o comércio por grosso, importação e exportação de produtos médicos e farmacêuticos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Gerência. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

02

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1

Referencial Contabilístico

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., apresenta as suas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de Dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

O SNC é regulado pelos seguintes instrumentos legais:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas) – Revoga Portaria 1011/2009, de 9 de Setembro;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras) – Revoga Portaria 986/2009, de 7 de Setembro;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual) – Revoga aviso 15652/2009, de 7 de Setembro;
- Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística para Microentidades)
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) – Revoga Aviso 15655/2009, de 7 de Setembro;
- Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho (Norma contabilística e de relato financeiros para pequenas entidades) – Revoga Aviso 15654/2009, de 7 de Setembro;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas) – Revoga Aviso 15653/2009, de 7 de Setembro
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo)

2.2

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com o normativo contabilístico vigente em Portugal – Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2.3

Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

2.4

Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7

Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8

Derrogação das disposições do SNC

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

03

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes anuais, utilizando-se para o efeito as taxas máximas de depreciação constantes no decreto regulamentar nº 2/90 de 12 de Janeiro, para os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, e o decreto regulamentar nº25/2009, de 14 de Setembro, para os bens adquiridos a partir de 01 de Janeiro de 2010.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.2

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.3

Participações financeiras em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

3.4

Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), de prejuízos fiscais dedutíveis e créditos fiscais não utilizados, mas suscetíveis de utilização futura, assim como de diferenças temporárias decorrentes dos ajustamentos de transição de referencial contabilístico POC para referencial SNC.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

3.6

Clientes e outros valores a receber

As dívidas de Clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.7

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os excedentes de tesouraria são aplicados em depósitos a prazo com maturidades até um ano. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.8

Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.10

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

3.11

Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12

Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13

Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.14

Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

04

FLUXOS DE CAIXA

Os montantes incluídos na rúbrica de caixa e seus equivalentes à data de 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 são os seguintes:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Caixa		
Caixa - Euros	1.004	178
	1.004	178
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem - Euros	324.358	282.181
Depósitos à ordem - Dólares	293	285
	324.651	282.466
Total de caixa e equivalentes de caixa	325.655	282.644

Observações complementares

- Os valores de caixa servem para liquidar despesas correntes;
- Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

05

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS/ESTIMATIVAS E CORREÇÕES DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas, nem foram detetados erros materialmente relevantes.

06

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto 3.1 do presente relatório.

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2015					
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Alienações	Saldo em 31-Dez-15
Custo:					
Edifícios e outras construções	12.752	9.712	-	-	22.464
Equipamento básico	268.875	-	-	-	268.875
Equipamento administrativo	75.717	10.949	(28)	(1.903)	84.735
Outros ativos fixos tangíveis	631.932	115.833	(20.316)	(1.270)	726.179
	989.277	136.493	(20.344)	(3.173)	1.102.253
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	10.565	1.714	-	-	12.279
Equipamento básico	268.875	-	-	-	268.875
Equipamento administrativo	68.728	9.844	(28)	(1.878)	76.665
Outros ativos fixos tangíveis	601.954	110.158	(20.316)	-	691.796
	950.122	121.716	(20.344)	(1.878)	1.049.616
31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Alienações	Saldo em 31-Dez-16
Custo:					
Edifícios e outras construções	22.464	-	-	-	22.464
Equipamento básico	268.875	-	-	-	268.875
Equipamento administrativo	84.735	3.272	-	(5.588)	82.419
Outros ativos fixos tangíveis	726.179	22.612	-	(12.579)	736.212
Ad. p/ conta ativos fixos tangíveis	-	11.094	-	-	11.094
	1.102.253	36.978	-	(18.167)	1.121.065
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	12.279	490	-	-	12.769
Equipamento básico	268.875	-	-	-	268.875
Equipamento administrativo	76.665	3.920	-	(5.588)	74.997
Outros ativos fixos tangíveis	691.796	30.601	-	(6.443)	715.953
	1.049.616	35.011	-	(12.031)	1.072.595

07

ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2015		
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-15
Custo			
Software	40.585	13.609	54.193
Propriedade industrial	147.850	-	147.850
	188.435	13.609	202.043
Depreciações Acumuladas			
Software	40.205	5.334	45.539
Propriedade industrial	132.764	7.584	140.348
	172.969	12.919	185.888

	31 de Dezembro de 2016		
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-16
Custo			
Software	54.193	4.672	58.865
Propriedade industrial	147.850	-	147.850
	202.043	4.672	206.715
Depreciações Acumuladas			
Software	45.539	8.998	54.538
Propriedade industrial	140.348	7.502	147.850
	185.888	16.500	202.387

08

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os outros investimentos financeiros correspondem ao Fundo de Compensação do Trabalho e a ações de Sociedades de Garantia Mútua.

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo de compensação do trabalho	1.429	-	1.085	-
Norgarante - Soc. Garantia Mútua, SA	2.000	-	2.000	-
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Aguiêira, C.R.L.	1.000	-	1.000	-
	4.429	-	4.085	-

O fundo de compensação do trabalho registou uma valorização de 5,41€ no período de 2016.

09

ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	Saldo em 01-Jan-15	31 de Dezembro de 2015		Saldo em 31-Dez-15
		Constituição	Reversão	
		Resultado líquido	Resultado líquido	
Ativos por impostos diferidos				
Gastos a reconhecer	5.575	511	-	6.086
	5.575	511	-	6.086
Passivos por impostos diferidos				
Proveitos a reconhecer	627	406	-	1.033
	627	406	-	1.033

	Saldo em 01-Jan-16	31 de Dezembro de 2016		Saldo em 31-Dez-16
		Constituição	Reversão	
		Resultado líquido	Resultado líquido	
Ativos por impostos diferidos				
Gastos a reconhecer	6.086	-	(1.399)	4.686
	6.086	-	(1.399)	4.686
Passivos por impostos diferidos				
Proveitos a reconhecer	1.033	-	(1.033)	-
	1.033	-	(1.033)	-

10

INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Mercadorias	6.996.520	6.531.523
	6.996.520	6.531.523
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	6.996.520	6.531.523

11

CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes				
Cientes conta corrente	-	1.927.416	-	3.200.238
Cientes factoring	-	2.127.626	-	910.780
Cientes de cobrança duvidosa	-	305.747	-	340.387
	-	4.360.789	-	4.451.405
Perdas por imparidade acumuladas	-	(305.747)	-	(340.387)
	-	4.055.042	-	4.111.019

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Cientes gerais	Grupo / relacionados	Cientes gerais	Grupo / relacionados
Cientes				
Cientes conta corrente	1.924.362	3.054	1.589.342	1.610.897
Cientes factoring	2.127.626	-	910.780	-
Cientes de cobrança duvidosa	305.747	-	340.387	-
	4.357.736	3.054	2.840.509	1.610.897

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-16	31-Dez-15
Saldo a 1 de Janeiro	340.387	155.736
Aumento	1.983	215.340
Reversão	(36.622)	(30.689)
Regularizações	-	-
	305.747	340.387

12

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	27.409
	-	27.409
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	2.148	214.430
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	40.969	51.576
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	20.208	36.411
Segurança Social	25.469	34.793
Fundo de compensação do trabalho	123	62
	88.917	337.272

13

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Saldos devedores de fornecedores	-	7.852	-	16.776
Saldos devedores de fornecedores de investimentos	-	1.800	-	1.800
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	49	-	569
Adiantamentos por conta de vendas	-	-	-	7.687
Factoring	-	6.610.630	-	5.967.298
Outros credores	-	8.467	-	9.455
	-	6.628.799	-	6.003.585
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	6.628.799	-	6.003.585

14

DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Diferimentos (Ativo)		
Gastos a reconhecer		
Seguros pagos antecipadamente	17.092	24.665
Outros gastos a reconhecer	4.210	2.997
	21.302	27.662
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	-	4.695
	-	4.695

15

CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital da Empresa, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

16

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no

capital. Durante o período de 2016 não se verificaram movimentos nesta rubrica, sendo o seu saldo em 31 de dezembro de 2016 de 58.395,32€.

17

RESULTADOS TRANSITADOS

Por decisão da Assembleia Geral, foi decidido que o Resultado Líquido do exercício de 2015, no montante de 1.285.370,61€ fosse transferido na sua totalidade para a conta de resultados transitados.

18

PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi o seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Saldo a 1 de Janeiro	20.000	20.000
Reforço no período	-	-
Reduções no período	(20.000)	-
Utilizações	-	-
	-	20.000

19

FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Fornecedores conta corrente	2.989.758	3.933.555
Fornecedores - faturas em receção e conferência	11.154	7.659
	3.000.912	3.941.215

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Fornecedor es gerais	Grupo / relacionados	Fornecedor es gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	2.048.942	940.816	1.924.957	2.008.599
Fornecedores receção e conferência	11.154	-	7.659	-
	2.060.096	940.816	1.932.616	2.008.599

20

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Saldos credores de clientes	-	5.824	-	3.596
Remunerações a pagar	-	6.096	-	19.905
Fornecedores de investimentos	-	-	-	37.006
Credores por acréscimo de gastos				
Seguros a liquidar	-	-	-	3.315
Estimativa de remunerações a pagar	-	118.398	-	96.414
Outros credores por acréscimo de gastos	-	89.382	-	50.662
Factoring	-	3.971.898	-	2.969.760
Outras dívidas a pagar	-	2.158	-	4.166
	-	4.193.756	-	3.184.824

21

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor das vendas e prestações de serviços nos períodos de 2016 e de 2015 foram como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Total	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Total
Vendas de mercadorias	14.348.460	1.390	14.349.850	15.416.467	504	15.416.971
	14.348.460	1.390	14.349.850	15.416.467	504	15.416.971

22

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos períodos de 2016 e de 2015 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-16	31-Dez-15
IEFP	4.695	276
	4.695	276

23

CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, é detalhado como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Inventários iniciais	-	6.531.523	6.531.523	-	5.177.116	5.177.116
Compras	-	9.570.173	9.570.173	-	11.994.953	11.994.953
Regularizações	-	104.979	104.979	-	(161.842)	(161.842)
Inventários Finais	-	6.996.520	6.996.520	-	6.531.523	6.531.523
C.M.V.M.C.	-	9.210.155	9.210.155	-	10.478.703	10.478.703

24

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Trabalhos especializados	1.052.070	1.067.528
Publicidade e propaganda	2.893	5.799
Vigilância e segurança	68	66
Honorários	38.001	15.334
Comissões	198.400	3.477
Conservação e reparação	34.491	28.249
Serviços bancários	7.121	10.251
Ferramentas e utensílios	23.180	9.793
Material de escritório	5.037	5.869
Artigos para oferta	11.547	11.899
Eletricidade	3.090	3.103
Combustíveis	30.775	35.676
Água	794	716
Deslocações e estadas	40.200	36.753
Transporte de mercadorias	57.024	38.578
Rendas e alugueres	99.594	107.915
Comunicação	9.001	9.652
Seguros	36.121	40.599
Contencioso e notariado	3.450	678
Despesas de representação	66.961	95.951
Limpeza, higiene e conforto	659	739
Outros serviços	19.578	18.339
	1.740.054	1.546.964

25

GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Remunerações dos órgãos sociais	105.800	118.400
Remunerações do pessoal	705.786	650.541
Indemnizações	3.573	4.130
Encargos sobre remunerações	185.295	174.794
Seguros	7.328	7.522
Outros gastos com pessoal	4.448	6.053
	1.012.229	961.439

O número médio de empregados em 2016 foi de 27 e no período de 2015 de 24.

26

OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Rendimentos suplementares	9.242	146.258
Descontos de pronto pagamento obtidos	60.581	77.405
Ganhos em inventários	-	7.615
Diferenças de câmbio favoráveis	2.166	1.717
Rendim. e ganhos em inv. não financeiros	6.443	20.856
Juros e outros rendimentos similares	28	0
Outros rendimentos e ganhos	8.480	26.455
	86.938	280.306

Em 2016 a empresa alterou o seu método de apuramento da rubrica de outros rendimentos, nomeadamente ao nível da inclusão nesta rubrica de alguns montantes inscritos nas contas 791 e 798. Este método implicou o recálculo dos comparativos referentes ao ano 2015, o que implicou um ajuste em outros rendimentos, no montante de 0,48€ referente ao montante da conta 798, que passou na figurar nesta rubrica.

27

OUTROS GASTOS

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Perdas em inventários	208.604	90.776
Impostos	33.729	169.391
Descontos de pronto pagamento concedidos	444.363	207.253
Dividas Incobráveis	-	1.439
Diferenças de câmbio desfavoráveis	373	1.758
Outros gastos e perdas	51.698	107.941
	738.768	578.558

Em 2016 a empresa alterou o seu método de apuramento da rubrica de outros gastos, nomeadamente ao nível da inclusão nesta rubrica dos montantes inscritos nas contas 6918, 6928 e 6988. Este método implicou o recálculo dos comparativos referentes ao ano 2015, o que implicou um ajuste em outros gastos, no montante de 1.758,13€ referente ao montante da conta 6928, que passou na figurar nesta rubrica.

28

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Os gastos/reversões de depreciações e de amortização dos períodos de 2016 e de 2015 são os seguintes:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	35.011	-	35.011	121.716	-	121.716
Ativos intangíveis	16.500	-	16.500	12.919	-	12.919
	51.510	-	51.510	134.635	-	134.635

29

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 2016 e de 2015, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	78.605	95.644
	78.605	95.644
Resultados financeiros	(78.605)	(95.644)

Em 2016 a empresa alterou o seu método de apuramento dos rendimentos e gastos de financiamento, nomeadamente ao nível da exclusão nestas rubricas de alguns montantes inscritos nas contas 79 e 69 que passaram a figurar nas rubricas de outros rendimentos e outros gastos, respetivamente. Este método implicou o recálculo dos comparativos referentes ao ano 2015, o que implicou um ajuste na rubrica de juros e gastos similares suportados, no montante de 1.758,13€, referente ao montante da conta 6928, que passou a figurar na rubrica de outros gastos. Por outro lado também se verificou um ajuste de 0,48€ na rubrica de juros e rendimentos similares obtidos referente ao valor da conta 798 que passou a figurar em outros rendimentos.

30

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é detalhado com segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Imposto Corrente	405.873	431.693
Imposto Diferido	366	(105)
	406.240	431.588

No período de 2016 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- Foi aplicada uma majoração de 5.151,06€ relativamente a donativos efetuados, previstas no art.º 62.º do EBF.
- Foi aplicada uma majoração de 3.050,00€ relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

No período de 2015 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

-A empresa beneficiou de uma majoração referente aos benefícios à criação de emprego previstos pelo artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. A majoração aplicada foi de 14.140,00€.

-Foi ainda aplicada uma majoração de 2.950,00€ relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

31

DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Transações	31-Dez-16	31-Dez-15
Vendas	5.723.269	1.773.554
Compras de mercadorias/serviços adquiridos	170.000	6.620.810

Saldos	31-Dez-16	31-Dez-15
Contas a receber	3.054	1.610.897
Contas a pagar	940.816	2.011.403

32

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

33

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Gerência informa que a sociedade não apresenta dívidas à Segurança Social e à Administração Fiscal em situação de mora.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2016, a Empresa não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o n.º de quotas próprias detidas em 31 de Dezembro de 2016.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a qualquer valor a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Honorários do Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais, relativo à revisão legal das contas no valor anual de 4.800,00€.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA



RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



ANTÓNIO NUNO MENDES MARQUES DE OLIVEIRA

Inscrito na lista de OROC sob o n.º 906

Contribuinte n.º 193 093 278

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **OVERPHARMA – PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS, LDA.**, que compreendem:

- o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de **18.089.231** euros e um total de capital próprio de **10.805.646** euros, incluindo um resultado líquido de **1.231.879** euros),
- a demonstração dos resultados por naturezas,
- a demonstração das alterações no capital próprio, e
- a demonstração dos fluxos de caixa,

relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **OVERPHARMA – PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS, LDA.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



ANTÓNIO NUNO MENDES MARQUES DE OLIVEIRA

Inscrito na lista de OROC sob o n.º 906

Contribuinte n.º 193 093 278

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devida a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devida a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

ANTÓNIO NUNO MENDES MARQUES DE OLIVEIRA

Inscrito na lista de OROC sob o n.º 906

Contribuinte n.º 193 093 278

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

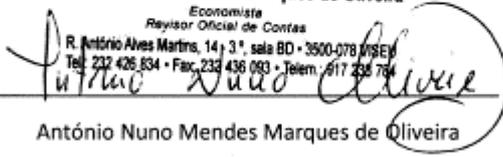
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Viseu, 15 de março de 2017

António Nuno Mendes Marques de Oliveira
Economista
Revisor Oficial de Contas
R. António Alves Martins, 14 - 3.º, sala BD - 3500-078 VISEU
Tel: 232 426 834 - Fax: 232 436 093 - Telem: 917 238 784



António Nuno Mendes Marques de Oliveira
(ROC n.º 906)

Sede: Rua D. António Alves Martins, n.º 14 - 3.º - sala BD - 3500 - 078 VISEU
Tel: 232 426 834 = Telem: 917 23 87 84 = email: anm.oliveira.roc@sapo.pt